



## ESTUDOS DECOLONIAIS: PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE INDÍGENA NAS MÍDIAS DIGITAIS E NO CONTEXTO DA HISTÓRIA SOCIAL

*Decolonial studies: indigenous youth participation in digital media and in the context of social history*

*Estudios decoloniales: la participación de los jóvenes indígenas en los medios digitales y en el contexto de la historia social*

Tadeu Tãn Dó Kaingang<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é abordar um diagnóstico da participação da juventude indígena. Para isso, pinçaram-se documentos que estão disponíveis na mídia digital e servem para ilustrar essa reflexão. Trata-se de narrativas das colônias em contraste, por exemplo, com o grupo *Nen Ga*, Kaingang do Paraná, criado em 2014, e o coletivo *Kókir*, de 2016, sobre o aspecto da arte e da cultura ao tema humanidades digitais e estudos decoloniais. Com base nos estudos decoloniais de Quijano (1990), Mignolo (2017) e Walsh (2009a), permite-se refletir sobre a desconstrução do pensamento eurocêntrico.

**Palavras-chave:** humanidades digitais. Historiografia. Arte e mídia. Juventude indígena.

**Abstract:** The objective of this work is to approach a diagnosis of the participation of indigenous youth. So, documents that are available in the digital media and serve to illustrate our reflection were selected. They are colony narratives in contrast, for example, with the *Nen Ga* group, Kaingang do Paraná, created in 2014, and the collective *Kókir*, in 2016, on the aspect of art and culture to the theme of digital humanities and decolonial studies. Based on decolonial studies by Quijano (1990), Mignolo (2017) and Walsh (2009a), it is allowed to reflect on the deconstruction of eurocentric thought.

**Keywords:** digital humanities. Historiography. Art and media. Indigenous youth.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es abordar un diagnóstico sobre la participación de la juventud indígena. Así, se seleccionaron documentos que están disponibles en los medios digitales y sirven para ilustrar nuestra reflexión. Son narrativas de colonias en contraste, por ejemplo, con el grupo *Nen Ga*, Kaingang do Paraná, creado en 2014, y el colectivo *Kókir*, en 2016, en el aspecto de arte y cultura al tema de humanidades digitales y estudios decoloniales. A partir de los estudios decoloniales de Quijano (1990), Mignolo (2017) y Walsh (2009a), se permite reflexionar sobre la deconstrucción del pensamiento eurocéntrico.

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá-UEM – Paraná. E-mail: santos.tadeu17@gmail.com/pg54576@uem.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7023608136791078>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8338-1504>

**Palabras clave:** humanidades digitais. Historiografía. Arte y medios de comunicación. Juventud indígena.

O texto destaca a participação ativa da juventude indígena nas mídias digitais, que enfrentou o negacionismo do governo federal, em 2018 e 2022, bem como os desafios encarados pelos povos indígenas. Os coletivos indígenas demonstram resiliência ao utilizarem a tecnologia para disseminar suas vozes e promover o protagonismo indígena na contemporaneidade.

No aspecto do ambiente democrático, surgem preocupações com os direitos humanos, povos indígenas e a preservação da natureza. É essencial refletir sobre movimentos em resposta aos ataques do governo federal (2018/2022) a essas questões sensíveis, salientando-se a importância de se proteger esses direitos e garantir a preservação ambiental na sociedade contemporânea.

A juventude indígena Kaingang, da Terra Indígena (T.I.) do Apucarantina, no estado do Paraná, tem se destacado por meio de coletivos, como o *Nen Ga*, criado em 2014, e o coletivo *Kókir*, criado em 2016, que atua no campo das artes visuais. Durante a pandemia da Covid-19, esses grupos aproveitaram o espaço digital para conectar-se com suas comunidades locais e interagir com outros grupos étnicos no espaço remoto, por meio da mediação entre Ongs, como o *thydēwá*<sup>2</sup> e a ASSINDI<sup>3</sup>. Essa participação serviu para produzir conteúdo tradicional e difundir a arte indígena contemporânea.

A juventude indígena Kaingang tem demonstrado um compromisso notável em utilizar as redes sociais e as artes visuais como ferramentas para ressaltar sua luta e resiliência na defesa de direitos, cultura e ambiente. Essa abordagem busca não apenas destacar os desafios que enfrentam, mas também promover a inclusão dos saberes indígenas e a harmonia com a natureza.

A interação entre comunidades indígenas e o ambiente, exemplificada pelo caso do povo Yanomami e sua prática cesteira, demonstra a importância da conectividade e do acesso à informação. Ao colaborar com pesquisadores e aproveitar conhecimentos científicos, os Yanomami descobriram um novo fungo, o conhecido como *përisi*, *marasmius yanomami* sp.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.thydewa.org/thydewa>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://assindi.org.br>. Acesso em: 5 mar. 2023.

nov., que serve como polímero natural na cestaria. (YANOMAMI; VIEIRA; ISHIKAWA, 2019).

Além disso, os Kaingang do Sul têm adotado práticas de ressignificação do fio sintético industrial para a confecção de cestaria. Essa iniciativa ressalta a habilidade de incorporar elementos modernos em técnicas tradicionais, mostrando uma adaptação consciente à realidade contemporânea.

A utilização de materiais como o plástico apresenta desafios ambientais significativos, pois embora tragam inovação e praticidade, também podem causar impactos negativos. A relação entre inovação e impacto ambiental destaca a necessidade de repensar nossa abordagem ao plástico.

A juventude indígena Kaingang desempenha um papel crucial ao usar redes sociais e artes visuais para defender direitos, cultura e ambiente. Suas práticas inovadoras, como o uso de fungos na cestaria e a adaptação consciente de materiais modernos, demonstram a capacidade de equilibrar tradições e desafios ambientais. Enquanto buscamos harmonizar avanços tecnológicos e sustentabilidade, é vital aprender com erros passados e adotar alternativas para um futuro equilibrado.

Priorizar soluções que respeitem a natureza e o bem-estar humano pode levar a uma coexistência harmoniosa entre inovação e preservação ambiental.

A ansiedade gerada por narrativas apocalípticas na mídia e cultura visual afeta nossa autoestima e o otimismo em relação ao futuro. Gerações atuais enfrentam um questionamento emocional chamado “transtorno de falta de natureza – TDN”, e o autor Richard Louv (2016) se debruçou nesse tema que afeta a saúde física e emocional. É preciso, portanto, construir perspectivas para se construir um ambiente saudável e livre do estresse, regenerar nossa relação com a natureza e adiar o fim, para que o céu não caia em nossa cabeça (KOPENAWA; ALBERT, 2016). Assim, abordagens como “florestania” (KRENAK, 2020) e “bem viver” (COSTA, 2016) podem oferecer perspectivas para um futuro melhor e mais harmonioso. Para isso, foi necessário voltar a atenção para o contexto histórico no recorte temporal. Os antropólogos, então, ofereceram uma abordagem alternativa para o estudo da história, enfocando casos individuais e locais, permitindo que a cultura e a liberdade sejam consideradas além do determinismo social e econômico (BURKE, 2005, p. 23).

A história cultural não busca apenas os grandes eventos e heróis nacionais, mas também a história reprimida, que inclui as realizações e contribuições de outras culturas ignoradas pela história triunfalista (BURKE, 2005, p. 23). Já Monteiro (1999) evidencia que o protagonismo funciona como ponte na construção das narrativas historiográficas e na abordagem da cultura material indígena. Geertz (1978), por sua vez, colabora com a análise do sistema de significados, incorporados nos símbolos e na atribuição da etnoestética.

Na história da arte colonial, Quijano (1990) aborda que a produção cultural indígena deve ser inserida de maneira efetiva, aprofundando reflexões sobre as aproximações e os distanciamentos pertinentes aos sistemas culturais distintos. Procura-se, assim, refletir sobre os impactos da pandemia na conjuntura, buscando subverter o sentido em um exercício sensível sobre a história social.

O protagonismo indígena na contemporaneidade se manifesta como uma intervenção política na comunicação, utilizando redes sociais contra o negacionismo e as políticas anti-indígenas do governo Bolsonaro (2018-2022). Os impactos da pandemia afetaram a identidade étnica, e o uso estratégico das redes sociais pode conter resquícios coloniais. O discurso do presidente eleito mostrou sua postura de exclusão dos interesses indígenas ao afirmar que não haveria demarcação de terras<sup>4</sup> indígenas durante seu mandato, diante do contexto político e da resistência enfrentados pelos povos indígenas no cenário atual.

As ações no campo da visualidade, por exemplo, identificaram o espaço geográfico na invertida colonialista intimista sobre os territórios indígenas, especialmente sobre as invasões dos povos Munduruku. Foram colocadas placas nos limites da terra indígena, em pontos estratégicos.

Em Cimi (2019), por sua vez, nessa fricção de poderes, os povos são as vítimas, como é o caso da T.I. Uru Eu Wau, em Rondônia. As imagens da placa de identificação do território indígena, crivada de balas, serviram como um aviso de intimidação, que se estendeu, também, para outras áreas (CIMI, 2019<sup>5</sup>).

A sociedade brasileira polarizada avalizou, por meio do voto, essa política que excluiu os movimentos sociais. Estes criaram obstáculos para “frear a boiada”, segundo a fala do

---

<sup>4</sup> “Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena” (BOLSONARO, Jair. **Carta Capital**, 16.08.2019). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica>. Acesso em: 21 dez. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/01/pelo-menos-seis-terras-indigenas-sofrem-com-invasoes-e-ameacas-no-inicio-de-2019/povo-uru-eu-wau-wau-invasao>. Acesso em: 5 mar. 2023.

Ministro Ricardo Salles<sup>6</sup> (Meio Ambiente) e atual deputado federal, no pleito 2022/2026. O atual deputado viu que aqui no Brasil a mídia brasileira estava paralisada sobre a questão das pautas ambientais, enquanto o mundo todo estava voltado para a questão da pandemia.

Houve, deste modo, uma "erosão" na política indigenista, ambiental e cultural do país, com discursos instáveis e polarizados. O deputado se alinhava com a agenda do presidente, que propunha a abertura das terras indígenas para atividades como mineração, exploração de gás, petróleo e construção de hidrelétricas, enquanto criticava a atuação da Funai e mostrava uma postura agressiva em relação a essa questão: “Se eu for eleito, vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho” (Jair Bolsonaro, em campanha presidencial, **A Gazeta**, 1º/08/2018)<sup>7</sup>. E, ainda: “Acabou, porra.”<sup>8</sup>

Era assim que reagia o presidente da República diante da mídia sobre o tema das *Fake News*, que é uma prática de disseminar informações imprecisas. O uso da imagem do indígena para legitimar o governo foi combatido por lideranças indígenas, como o caso do cacique Raoni Metuktire. O líder indígena Raoni também foi alvo dos ataques do presidente Jair Bolsonaro: “acabou o monopólio do senhor Raoni<sup>9</sup> sobre os povos indígenas”, em resposta aos líderes indígenas. Estes repudiaram a presença da índia Ysani Kalapalo, que externou apoio ao presidente Bolsonaro na delegação brasileira, que foi à ONU, em 2019. São exemplos notórios e que foram levados às autoridades internacionais: a violação e a mortandade dos Yanomami, no estado de Roraima, dos Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso, e da emblemática questão envolvendo os grupos Macuxi e Jaricuna, na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em 2008 (NASCIMENTO, 2019, p. 7).

Outro exemplo foi a investidura nos territórios indígenas de forma escancarada, segundo o projeto de lei a que se refere Bachelet, o PL 191/2020. Foi um jogo de produção de informação de forma estratégica para o controle da massa, a desinformação no espaço geográfico. O tratamento da mídia corporativa aos povos indígenas destacou seu tratamento manipulador,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/informacoes-adicionais-dos-telejornais/noticia/2018/08/01/rpc-veja-as-informacoes-adicionais-das-reportagens-do-dia-1o082018.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>8</sup> BBC News Brasil. “Acabou, porra’: as reações de Bolsonaro e aliados um dia após operação contra fake news” (**BBC News Brasil**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52842380>. Acesso em: 5 mar. 2023).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/26/bolsonaro-diz-que-cacique-raoni-merece-respeito-mas-nao-fala-pelos-indigenas.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.

impactando as redes sociais. Houve uma tentativa do governo de desarticular discussões sobre as terras indígenas, enfraquecendo seus direitos. O Relatório Figueiredo revela a espoliação e as crueldades contra indígenas na ditadura militar. Mario Juruna é citado como marco na política brasileira, e a história do marco regulatório dos direitos indígenas desde a invasão e criação de reservas é mencionada.

Historicamente, houve contato entre indígenas e não indígenas, e a conexão foram as terras de ocupação tradicional foi estável ao longo dos séculos, como consta: no Alvará Régio de 1º de abril de 1680; na Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), e na Lei de Terras dos Índios de 1928 (Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação dos índios nascidos no território nacional). A Constituição Federal (CF) de 1934 (art. 129) agregou entendimento de segurança jurídica a esse direito dos indígenas. Em seguida, as normatizações constitucionais reconheceram o direito deles à posse de suas terras (CF 1937, art. 154; CF 1946, art. 216; CF 1967, art. 186).

Diante dessa ofensiva, os dispositivos criados para minimizar e reverter esse imaginário colonialista, por meio da constituição cidadã (1988), foram inovadores no tratamento dos povos indígenas, se comparados com os textos constitucionais anteriores. Ao consagrar o caráter plural da sociedade brasileira e afastar o paradigma assimilacionista antes vigente, a nova ordem constitucional enfatizou a autonomia desses povos com respeito a seus modos de vida, costumes, tradições e mediante o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam. Deste modo, no ordenamento de leis, especificamente para os povos indígenas, regulamentaram-se os principais aspectos do direito à terra, para recuperar, conservar e prevenir os direitos indígenas desta e das próximas gerações.

Os indígenas foram pensados, na esfera desse país continental, quanto à sua pluralidade étnica. Nos artigos 231 e 232, inclui-se a pauta indígena que preserva o regime de colaboração previsto na Lei nº 9.394/96<sup>10</sup> e na Lei nº 11.645/08. A Lei nº 11.645/2008<sup>11</sup> discorre sobre os estudos da história e das culturas indígenas e tem um olhar decolonial para os povos indígenas e os procedimentos metodológicos adotados, considerando-se a pesquisa bibliográfica, documental e narrativa. Os resultados informaram que, em 1970, indígenas e indigenistas questionaram as representações equivocadas sobre os índios na sociedade nacional e nas suas escolas.

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 5 mar. 2023.

Destaca-se, então, que essas ações produziram desdobramentos significativos, como a publicação da Lei nº 11.645/2008, que repercutiu como política pública ancorada na perspectiva da educação crítica (FREIRE, 1987) e da pedagogia decolonial (WALSH, 2009a). E, ainda, assumiu o sentido colonial para ocupar uma episteme e ressignificar o etnoconhecimento a favor dos indígenas e de suas diferenças.

O estudo da história vê o passado desses corpos sociais e faz uma construção de valores. Nesse percurso, reconhece, avalia e interpreta o processo de transformação do protagonismo humano no seu relacionamento com o mundo e no processo de construção das sociedades (BACCEGA, 1997, p. 9). Essa assertiva encontra pleno amparo nas leis e nos tratados nacionais e internacionais sobre os índios, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, assinada e assumida pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002, promulgado pela Presidência da República mediante Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Em seu art. 27, estabelece que: “[...] os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos”.

O foco da luta dos povos indígenas pela garantia de seus direitos educacionais está na autonomia de projetos educativos, baseados em princípios de especificidade e interculturalidade. Durante a pandemia da Covid-19, a escassez de recursos para dados móveis e a falta de conteúdo bilíngue nas redes sociais dificultaram o acesso às mídias digitais, resultando na ausência de comunicação sobre a pandemia e em um alto número de mortes entre os indígenas. Ressalta-se a necessidade de melhorar o acesso às informações, utilizando linguagem acessível e recursos como links ou números de telefone para abordar a pandemia de forma clara e eficaz na comunidade indígena.

Até o Dia Internacional dos Povos Indígenas, no texto “PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO INTERÉTNICO: entre permanência e ruptura do sistema, valores e humanidade”, foram confirmadas 1.135 mortes. Estas corresponderam a 163 povos afetados, somados cerca de 57.025 casos confirmados, o que correspondia a quase 10% da população indígena até a presente data, conforme fonte da Organização Pan-Americana de

Saúde (OPAS). Nesta, até a publicação deste estudo, em 19 de agosto de 2021, a curva permaneceu ascendente (SANTOS, 2021, p. 76)<sup>12</sup>.

O resumo aborda o aspecto da interculturalidade étnica, que possibilita traduções de conteúdos e atua como uma ponte de acesso, compartilhamento e denúncia para os povos indígenas. Destaca a história de milícias e bugreiros a serviço do governo nos estados da região Sul do Brasil e também reflete sobre a falta de compreensão contemporânea em relação aos indígenas, mencionando casos de violência e assassinatos, incluindo os assassinatos: do professor Marcondes Namblá, Xokleng Laklãnõ, em 2018; de Vitor Kaingang, uma criança indígena, e o feminicídio indígena, como o caso de Daiane Gria Sales,<sup>13</sup> de 14 anos, que foi encontrada morta, com sinais de extrema crueldade, em 2021, entre outros.

As dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas incluem, especialmente, seus jovens, no contexto contemporâneo. É preciso realçar a violência, discriminação e vulnerabilidade que eles enfrentam, englobando-se problemas como suicídios, homicídios, abusos e dependência de drogas. Enfatiza-se, ainda, a importância de se combater o preconceito e a marginalização por meio da coletividade e do respeito à cosmovisão e ao conhecimento tradicional dos povos indígenas, buscando uma sociedade mais inclusiva e conectada com a natureza para desarmar o pensamento colonial. Também mencionam-se os impactos de atos ideológicos, culturais, políticos e religiosos, como disputas territoriais e discriminação histórica, que podem resultar em casos de suicídio.

Esse texto faz referência ao livro *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*, de autoria de Mota (1994). Este livro aborda a história e as lutas do povo Kaingang no estado do Paraná, Brasil. São fatores externos, herdados de passados, responsáveis pelo alto índice de suicídios, que têm crescido no ranque de óbitos. A situação retrata uma realidade preocupante, na qual a maioria das vítimas é composta por jovens que perdem suas vidas devido a homicídios, atropelamentos, assaltos, abuso sexual, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas (CIMI, 2019).

Contudo, a influência da colonialidade na construção das identidades de gênero e sexualidade resulta em preconceitos e discriminações. Já a decolonialidade busca reagir a essa carga de preconceito, rompendo com a marginalidade e construindo novos percursos

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/5909/3842>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/08/09/jovem-kaingang-encontrada-morta-no-rs-e-o-retrato-da-violencia-contra-as-mulheres-indigenas>. Acesso em: 5 mar. 2023.



socioculturais. O objetivo é lutar contra o racismo e a discriminação, promovendo uma abordagem interseccional e valores mais inclusivos para uma sociedade mais igualitária e livre de opressões impostas pela colonialidade (AKOTIRENE, 2018).

Destaca-se a importância da coletividade na contemporaneidade, para romper com a marginalização histórica de certos grupos, e que as pessoas podem vivenciar tempos mais profundos do que suas próprias vidas, abraçando expectativas decolonizadoras diante do paradoxo da conexão entre povos indígenas e seu território, na era digital. O protagonismo étnico é valorizado por trazer a cosmovisão e a ciência, combinando saberes e ações tanto no âmbito físico como no virtual, abrangendo a filosofia e a espiritualidade indígena.

Na tese de Emiliano Darcy (2020), a convivência no coletivo e suas ações em relação à natureza e ao sistema de resistência ao capitalismo na organização social e na cosmologia Kaingang asseveram que em tudo há espírito. Assim, nessa metodologia do etnosaber e na analogia, têm-se entidades que assumem seu papel na pedagogia e sinalizam os elementos das modalidades que permitem compreender a cosmovisão Kaingang. Essas entidades são: *Kanhkã kuprĩg*, o espírito do céu; *Rã kuprĩg*, o espírito do sol; *Kysã kuprĩg*, o espírito da lua, embora estes possam ser um contraste na dualidade clânica *Kame* e *Kainru*. Há, ainda, outros associados com outros elementos: *Krĩn kuprĩg*, espírito das estrelas; *Gój kuprĩg*, espírito da água; *Gá kuprĩg*, espírito da terra, e *Nén kuprĩg*, espírito das matas. Essa coleta marcou a fala de Rufino ancião, ou seja, *kofá*, da terá indígena de Nodoai, no Rio Grande do Sul (EMILIANO; PEREIRA, 2020, p. 45).

Nessa combinação, conectou-se uma rede do cosmos que pode; explicar, na associação, como as redes sociais, em sua dinâmica e na modernidade, enquanto caracteres, são convertidas no uso da linguagem da escrita, como, por exemplo, na literatura. Os indígenas, então, foram protagonistas, poetas marginais da geração criada no mimeógrafo, depois da fotocópia e do *e-book*. Lembrando-se da trajetória de Eliane Potiguar, sobre o livro e a poesia, há também um expoente que usou da tribuna, na casa das leis, para proferir o discurso da performance de Ailton Krenak. Este abriu um leque de possibilidades e criou um espaço como nicho que ressoou meios para gerar informações que romperam muros para chegar à outra margem.

Essa “re-volta”<sup>14</sup> sinaliza a não aceitação da subalternidade imposta pela colonialidade aos indígenas e também a incorporação de conhecimentos dos povos originários na arte e

---

<sup>14</sup> Ver os influenciadores: Katú Mirim, Hamangai Pataxó, Daiara Tukano, Sônia Guajajara, Elisa Santos.

cultura brasileiras. A análise se justifica pela importância de expandir, por meio da arte, conhecimentos sobre nossos parentes indígenas e os resultados são expectativas de que o céu não caia na cabeça das futuras gerações (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Na era da web 2.0, os povos indígenas desempenham um papel influente ao utilizar plataformas de mídia social para reforçar e reinterpretar suas lutas históricas. Mesmo durante a pandemia, a juventude indígena demonstrou adaptabilidade ao cenário digital, ocupando espaços virtuais anteriormente subestimados. A Mídia Índia e as redes sociais ofereceram uma nova via de comunicação para a mobilização dos indígenas, ampliando sua luta.

As redes sociais proporcionam interações no mundo digital, onde os indígenas estabeleceram coletivos para expressar resistência contra a expropriação de sua cultura e terras. Produções autônomas de conteúdo, como *podcasts* e vídeos, ressaltam a batalha indígena contra invasões territoriais e exploração por colonizadores e madeireiros. A pandemia também instigou reflexões sobre o cotidiano e o passado, impulsionando o movimento indígena a combater o colonialismo e preservar sua cultura original diante de ameaças de intervenções religiosas proselitistas.

Além disso, os aspectos da polarização sobre a influência dos partidos políticos agora atraem indígenas para sua pauta liberal e audiovisual, amplificando as vozes do movimento indígena e servindo como inspiração para novas comunicadoras, incluindo a Mídia Ninja. Nesta perspectiva, ao ocupar os espaços midiáticos – individual ou coletivamente –, essas comunicadoras amplificam as vozes do movimento indígena e desempenham, ainda, a missão essencial de manter suas comunidades bem informadas. E, mesmo tendo que driblar desafios que surgem pelo fato de serem mulheres, seguem resilientes, impulsionadas pela possibilidade de abrir oportunidades para outras indígenas.

Vanessa Kaingang também utiliza o perfil próprio, no Instagram, para divulgar costumes do seu povo (Mídia Ninja). Carol Truká destaca que a Apoinme promove o estreitar de laços entre a coordenação e os indígenas (Mídia Ninja). Formada em cinema pela UFPE, Fernanda Mi'saw, cuja mãe é Guajajara, natural do Maranhão, integra o núcleo audiovisual da Apoinme (Mídia Ninja). Lídia Guajajar conta que têm crescido os números de coletivos. Além da Mídia Índia, ela faz parte do time da Anmiga (arquivo pessoal).

Assim, houve interação entre a mídia e a realidade dos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, enfocando-se na disseminação de informações contraditórias pela mídia estatal e afetando a resposta dos movimentos sociais, incluindo os indígenas. A importância da

comunicação via mídias sociais é valorizada e possibilita movimentos de reflexão crítica e estética para subverter a lógica colonialista.

O coletivo *Nem Ga* exemplifica a participação da juventude indígena na recuperação de conhecimentos e na luta contemporânea. Esse engajamento da juventude ativa tem a percepção de alguns indígenas *kofá*, traduzidos, em português, como pessoas mais velhas e sábias. Para estas, o presente pode ser transformado com a circulação intergeracional de conhecimentos e de práticas dos antigos [*ëg si ág*] e, ainda, com o fortalecimento de vínculos com os antepassados [*javé*] (assista, na íntegra, o documentário “Nën Ga vĩ<sup>15</sup>: uma retomada kanhgág em movimento”).

Considero que nossa relação durante estes últimos anos foi contínua, embora nem sempre presencial, pois, mesmo durante a pandemia da Covid-19, comunicávamo-nos constantemente pelo telefone e pela internet. Além destas experiências de escrita, codirigimos o documentário acima mencionado, “Nën Ga vĩ: uma retomada kanhgág em movimento”, destacando-se a relação contínua entre os autores, mesmo durante a pandemia, por meio de comunicação digital.

Durante a pandemia, vários grupos indígenas criaram coletivos, usando plataformas digitais para compartilhar conteúdos e interagir com outras etnias, enfatizando-se a arte eletrônica indígena. Essa participação nas redes sociais representa uma forma de mobilização e resistência, rompe com a comunicação hegemônica e promove a democratização da informação e a liberdade de expressão. Os coletivos atuam em rede decolonial, buscando valores de humanidade e interação entre alteridade e apropriação cultural.

A participação dos coletivos indígenas nas redes sociais tem sido uma forma de mobilização e resistência, rompendo com a comunicação hegemônica e não participativa (GOHN, 2011). O engajamento digital dos indígenas percorre trilhas de organização política e resistência, contribuindo para transformações sociais do Acampamento Terra Livre (2022)<sup>16</sup>. A comunicação alternativa buscou democratizar a informação e exercitar a liberdade de expressão, promovendo a conscientização e a transformação social. Esses coletivos atuam em rede decolonial, alcançando valores de humanidade através da interação entre a alteridade e a apropriação cultural (PERUZZO, 2008, p. 02).

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/385950401>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://narrativasindigenas.ensp.fiocruz.br/filmes>. Acesso em: 5 abr. 2023.

Essa síntese aponta o engajamento do coletivo *Kókir*, composto por Sheilla Souza e Tadeu Kaingang, na discussão da transição da revolução industrial na cultura visual, utilizando uma abordagem "antropofágica" e metafórica. Eles buscam desviar da subalternidade imposta pela colonialidade aos indígenas, promovendo ações coletivas compartilhadas com artistas e ocupando territórios urbanos e indígenas. O uso de ferramentas tecnológicas e mídias digitais para abordar temas como ancestralidade é valorizado, refletindo a dinâmica da vida no ambiente digital e ativando relações estético-políticas. A reflexão sobre o vazio do carrinho de supermercado é proposta como uma pausa para a digestão, evocando a influência da colonização na produção do conhecimento e cultura.

A "antropofagia da re-volta" constituiu uma trilha e, em seu rastro, o caminho da volta à afirmação da identidade dos povos originários, nas seguintes proposições: *Ëpry Nën Mág – Caminhos do Mato*, na Casa de Eva, em Campinas; *Krecidade*, no Consulado do Brasil, na Holanda, em Amsterdam, e na mostra *Antropofagia da Re-volta*, dentro da coletiva *ARTES para DESCOBRIR as CULTURAS INDÍGENAS*, com curadoria de Sebastián Gerlic (realização compartilhada entre Helder Camara Jr. e a ONG Thydêwá), que ficou em cartaz no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília (versão on-line: [www.AEI.art.Br/artes/](http://www.AEI.art.Br/artes/)). Uma outra interessante "reapropriação para a reparação" também está presente nessa mostra coletiva. Trata-se da obra *Tapuya Abaporu* (2022), do artista indígena Kadu Tapuya, que homenageia os 100 anos do Modernismo no Brasil ao remixar o "Abaporu" com uma colagem digital, na qual expressa sua poética baseada na ideia de um "futurismo indígena".

Nossa reflexão sobre a exposição "Pioneiros indígenas em Mariguã" discute a palavra pioneiro, que é carregada de sentidos contraditórios porque esconde a presença do indígena. Ao chamar os indígenas de pioneiros, valoriza-se seu conhecimento, sua cultura e sabedoria, reafirmando sua relevância na identidade e história da região. "Segundo o pesquisador Ricardo Tupiniquim Ramos, a palavra Mariguã tem origem Tupi Guarani e significa peneira de pesca. Esse dado é um fator que amplifica nossa intenção de apresentar a riqueza que a presença indígena traz para a nossa cidade" (SOUZA, 2021)<sup>17</sup>. Durante a pandemia, surgiu a "Fogueira Digital", uma interação social on-line inspirada em tradições indígenas de reunião ao redor do fogo. Nesse espaço colaborativo, pessoas de diversas culturas compartilham conhecimentos e sentimentos, valorizando saberes indígenas e a diversidade cultural. Aprendizagem cocriada e

---

<sup>17</sup> SOUZA, Sheilla. **Indígenas Pioneiros em Mariguã**. 2021. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/maringa/noticia/cultura/exposicao-virtual-indigenas-pioneiros-em-mariguã-reune-24-obras-que-promovem-interacoes-esteticas-e-interculturais>. Acesso em: 5 mar. 2023.

diálogo horizontal entre indígenas e não indígenas estimulam a inteligência coletiva. Nas produções audiovisuais, o áudio que ambienta a visitação da exposição, “El Colibri<sup>18</sup>”, é uma cocriação realizada no projeto Aire, por Tadeu Kaingang (Brasil), OzZo Ukumari (Bolívia), Elías Caurey Guarani (Bolívia), Florêncio ReKayg (T. I. Rio das Cobras - Brasil), João Natalino Pantu Kaingang (T.I. Ivaí - Brasil) e Rudy Andrés Wiliche-Mapuche (Chile).

Krecidade<sup>19</sup> é o nome de uma exposição que combina as palavras *Kre*, uma palavra Kaingang que significa trama ou trançado, com "cidade", revelando a poética presente na mostra, que explora as relações interétnicas vivenciadas pelos indígenas Guarani e Kaingang com as cidades dos estados do Sul do Brasil.

A exposição é uma criação conjunta de Sheilla Souza, professora do curso de Artes Visuais da UEM, e Tadeu Kaingang, que encontraram o caminho de volta às trilhas abertas por seus ancestrais Kaingang e outros indígenas da Abya Yala, que também participam de suas cocriações. Essa nova história incorporará os saberes transmitidos pelas gerações passadas em suas aldeias.

O mais recente capítulo dessa jornada explorará a "re-volta" daqueles que desejam abundância e uma vida plena, como destacado pela crítica de arte Alessandra Simões, professora da Universidade Federal do Sul da Bahia. A natureza resiste e emite sinais, e fazemos, desta forma, parte de um grande cosmo, de um molho de chaves (claviculário). Cada ser vivente e muitos encantados possuem acesso a essa paisagem de Arie, em uma bela revoada (Coletivo *Kókir*/2021).<sup>20</sup>

A exposição “Mejtere<sup>21</sup>: histórias recontadas” ressalta a presença indígena no norte do Paraná e busca valorizar a cultura indígena. Além disso, há menção ao projeto “Fogueira Digital”, que promove a interação entre indivíduos em um ambiente virtual semelhante a uma fogueira tradicional. A interação das narrativas da mídia com a realidade vivenciada pelos povos indígenas durante a pandemia é abordada e salienta a importância da conscientização e

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6i80rOtuF3k>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.amazon.com/Krecidade-Exposi%C3%A7%C3%A3o-Contempor%C3%A2nea-Brasileira-Portuguesa/dp/B09XZ5Q9NL>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>20</sup> Coletivo *Kókir*/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QtHiAwjSu4k>). Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>21</sup> Disponível em:

<https://www.cultura.pr.gov.br/Noticia/Museu-Paranaense-inaugura-mostra-resultado-de-curadoria-compartilhada-com-bolsistas> e [https://issuu.com/museuparanaense/docs/mejtere\\_hist\\_rias\\_recontadas](https://issuu.com/museuparanaense/docs/mejtere_hist_rias_recontadas). Acesso em: 4 maio 2023.

da superação de desafios. O texto evidencia a participação ativa dos indígenas nas mídias digitais como uma forma de resistência e de promover transformações sociais.

Desse modo, na especificidade de cada etnia curadoria compartilhada, têm-se Robson Delgado (Baré), Ivanizia Ruiz (Tikuna) e Camila dos Santos (Kanhgág), no olhar da curadora, artista e educadora Naine Terena, juntamente com a equipe do MUPA, em 2022, que contam, também, com outros artistas indígenas protagonistas de outras regiões do Brasil. A exposição Mejtere recorreu à obra *Ĕpry vĕnkhãpón* (Encruzilhada), de Luiz da Silva Kaingang e Joaílton da Silva Foság, Coletivo Kókir. A obra, conforme a palavra Sinui, significa algo bonito, belo. Para seus parentes macro jê, os Mejtere, na língua Mebêngôkre-Kayapó, corresponde, no etnosaber, como belo, encantador, bom, perfeito. Na valorização do singular e da diversidade étnica, transcende valores estéticos. A comunicação alternativa em rede permite interação e compartilhamento de conhecimento entre os indivíduos, resultando em uma ampla troca de ideias e ideais.

## Referências

COSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida. A História no campo da Comunicação/Educação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 10, p. 7-14, 1997.

BARBOSA, Marialva Carlos. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. **Revista FAMECOS**, v.19, n. 2, p. 458-480, 2012.

**BBC News Brasil**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52842380>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro quer abolir Paulo Freire do MEC com “lança-chamas”. **A Gazeta**, São Paulo, 1º de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/informacoes-adicionais-dos-telejornais/noticia/2018/08/01/rpc-veja-as-informacoes-adicionais-das-reportagens-do-dia-1o082018.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BOLSONARO, Jair. **Carta Capital**, São Paulo, 16 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica>. Acesso em: 21 dez. 2019

BRASIL. Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 7 jul 2023.

BRASIL. Decreto 143, de 20 de junho de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 jun. 2002. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei 11.645/08, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF. 10 mar. 2008.

BRASIL. **Lei n. 601**, de 18 de setembro de 1850 – Lei de Terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm) Acesso em: 16 jul. de 2023.

BRASIL. **Decreto N° 5.484**, de 27 de junho de 1928. Rio de Janeiro, 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A Sociedade em rede** - do conhecimento à ação política. Centro Cultura de Belém, 2005. Disponível em: [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf). Acesso em: 11 out. 2017.

CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil**: Dados de 2019. Brasília, 2020.

CONTREIRAS, Patrícia. Deputadas parlamentares e redes sociais – o mito das redes como facilitadoras de proximidade entre os políticos e os cidadãos. **Media & Jornalismo**, 2012.

EMILIANO, D.; Pereira, V. A. Conflitos indígenas na região norte do Estado do RS. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. ,1 n. 5, 2020, p. 60-75. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10232>. Acesso em: 5 mar. 2023.

FLEURY, Y. A. **Movimentos em rede**: a internet como ferramenta para manifestações sociais. 2015. 177f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978 .
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.
- KAHWAGE, Nathália Lima. Representação política, gênero e relações de poder: análise de aspectos discursivos da atuação das vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook, 2019. *In*: MASSUCHIN, Michele Goulart *et al.* (Orgs.). **Comunicação e política: interfaces em esferas regionais**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 179-201.
- KAINGANG, Tadeu dos Santos. Pandemia do coronavírus no contexto interétnico: entre permanência e ruptura do sistema, valores e humanidade, capítulo 7, p.74-91. *In*: PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do (Orgs.). **História: espaços, poder, cultura e sociedade 2**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/pandemia-do-coronavirus-no-contexto-interetnico-entre-permanencia-e-ruptura-do-sistema-valores-e-humanidade.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015. 729p.
- KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2017, p. 1-18.
- MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. *In*: NOVAES, Adauto (Ed.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 237-249.
- MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos Índios Kaingang. Maringá: Eduem, 1994. Segunda edição 2009.
- MOTA, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. *In*: **SEMINÁRIO - TALLER DE HISTÓRIA DE LAS MENTALIDADES Y LOS IMAGINÁRIOS**, 1, 1994, Bogotá. Comunicação. Bogotá: Universidad Javerina de Bogotá, 1994, p. 1-15.
- NASCIMENTO, Nádía Socorro Fialho *et al.* **Serviço Social e questão indígena/ambiental: reflexões (im)pertinentes**. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **INTERCOM**, Natal, 2008.
- QUIJANO, A Estética de la utopía. **Hueso Húmero**, Lima, 1990.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REVISTA LABIRINTO**, Porto Velho, ano XX, vol. 33 (jul-dez), n. 1, 2020, p.180-195.
- SOUZA, Sheilla. **Indígenas Pioneiros em Mariguã**. Exposição virtual. Maringá, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/maringa/noticia/cultura/exposicao->



[virtual-indigenas-pioneiros-em-mari-gua-reune-24-obras-que-promovem-interacoes-esteticas-e-interculturais](#). Acesso em: 5 mar. 2023.

YANOMAMI, Floriza da Cruz Pinto; VIEIRA, Marina A. R. de Mattos; ISHIKAWA, Noemia Kazue (Orgs.). **Përisi, Marasmus Yanomami – Përisiyoma pë wãha oni – O fungo que as mulheres Yanomami usam na cestaria**. São Gabriel da Cachoeira: Associação de Mulheres Yanomami Kumirãyõma; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; AbyaYala, 2009a. Disponível em: [http://www.derecho.uach.cl/documentos/Interculturalidad-estado-y-sociedad\\_Walsh.pdf](http://www.derecho.uach.cl/documentos/Interculturalidad-estado-y-sociedad_Walsh.pdf). Acesso em: 5 mar. 2023.

---

**Recebido em:** 24 de junho de 2023

**Aceito em:** 17 de julho de 2023

---